

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2008**  
**(Do Sr. JOÃO MATOS)**

Acrescenta o art. 7-A à Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que “autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7-A:

“Art. 7-A. Fica o FNDE autorizado a conceder bolsa de incentivo, até o valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais), aos tutores de cursos de formação continuada a distância para capacitação de agentes públicos e cidadãos envolvidos com a execução, o monitoramento, a prestação de contas ou o controle social dos recursos públicos destinados à educação básica.

§ 1º São considerados tutores, para os fins do disposto neste artigo, os servidores públicos selecionados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para atuar na formação e no apoio técnico e pedagógico dos cursistas ou da rede de tutoria.

§ 2º Os cursos, os critérios de seleção, atuação e avaliação dos tutores, a concessão e o pagamento da bolsa, referidos no “caput”, e os direitos e obrigações dos beneficiários obedecerão a normas

expedidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE, aplicando-se o disposto nos arts. 3,º 4º, 5º e 7º desta Lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 11.273, de 2006, constituiu extraordinário avanço, ao instituir poderoso instrumento de estímulo à formação de professores para a educação básica. De fato, são os mestres os pilares da educação de qualidade.

No entanto, para que essa qualidade seja alcançada, é indispensável que os recursos públicos sejam adequadamente aplicados. Para garantir essa devida aplicação, todos os mecanismos voltados para sua transparência, acompanhamento e controle social devem operar eficazmente.

É fundamental, portanto, promover a necessária e suficiente formação dos agentes públicos e cidadãos envolvidos em todas as etapas de execução de despesas, seu controle interno e externo, a organização de prestação de contas, assim como no acompanhamento e controle social (como é o caso dos Conselhos do FUNDEB) dos recursos públicos destinados à educação básica.

Essa formação somente ocorrerá se houver competentes tutores, bem treinados e estimulados a conduzir os programas de formação. Por tal motivo, parece de todo recomendável a criação do incentivo proposto neste projeto de lei: uma bolsa para os tutores de formação continuada a distância desses agentes públicos e cidadãos.

Se a Lei cuja alteração ora é apresentada está exclusivamente voltada para a formação de professores, não há impedimento em ampliar seu escopo, ainda mais que o instrumento de fomento obedecerá, em quase tudo, às mesmas disposições já dela constantes.

Estou seguro de que a relevância da proposição haverá de angariar o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em            de            de 2008.

Deputado JOÃO MATOS